



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE

Exmo. Senhor  
Eng.º Nuno Araújo  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
o Secretário de Estado dos Assuntos  
Parlamentares  
Palácio de São Bento (A.R.)  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício nº. 2790	03/08/2016	Nº: ENT.: 12397/2016 PROC. Nº: 10/2016	04/08/2016

**Assunto: Pergunta n.º 2966/XIII/1ª, de 03 de agosto de 2016, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. - Ortopedia na Urgência do Hospital de Faro**

Encarrega-me o Sr. Ministro da Saúde, consultada a Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P., de informar o seguinte:

Não se confirma que os cinco utentes referidos ficaram sem cirurgia. Ocorreu uma situação na madrugada do dia 28-07-2016 em que, dois dos três ortopedistas escalados não responderam ao contacto que com eles foi feito, cerca das 05h30m da madrugada, para observar cinco utentes que se encontravam no Serviço de Urgência, dos quais uma criança.

Quanto ao terceiro ortopedista, tendo sido solicitada a sua presença, recusou-se a observar os utentes, tendo abandonado o serviço. Contudo, os utentes tiveram o apoio clínico da restante equipa médica e de enfermagem de serviço.

Para fazer face à reconhecida insuficiência de ortopedistas no Centro Hospitalar do Algarve, EPE, (CHA, EPE) os três profissionais prestam serviços através de um contrato de prestação de serviços médicos, com início a 1 de junho de 2016 e término a 31 de dezembro de 2016.



Um dos ortopedistas encontrava-se a repousar num dos quartos existentes no 6.º piso, contudo foi chamado ao Serviço de Urgência, ausentando-se posteriormente do mesmo e das próprias instalações da Unidade de Faro do CHA, EPE, aparentemente 20 a 30 minutos após ter regressado deste serviço.

Os médicos em questão são contratados pelo valor de 50 euros à hora, que é superior ao que auferem os clínicos dos quadros de pessoal.

Nenhum dos utentes ficou sem assistência, não só porque tiveram apoio clínico da restante equipa médica e de enfermagem de serviço, mas também porque foram tratados pela equipa de ortopedia que entrou no turno seguinte.

Esta situação deveu-se ao comportamento individual dos profissionais envolvidos, tratando-se de uma situação pontual, única e que esperamos que não se repita. As medidas que já existiam consistem essencialmente em evitar que as escalas de serviço incluam turnos cujos elementos presentes sejam somente trabalhadores médicos contratados a empresas, o que aliás já vinha sucedendo, até porque estes profissionais, uma vez que não pertencem aos mapas do CHA, EPE, não devem trabalhar sem estarem enquadrados por colegas que pertençam aos mesmos.

Os critérios utilizados na escolha destas empresas são os critérios existentes para a contratação deste tipo de prestação de serviços para a Administração Pública, ou seja, estas empresas prestadoras de serviços médicos estão certificadas, e sujeitam-se a um procedimento concursal realizado e conduzido pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), que é a entidade que também fixa os requisitos técnicos a que devem obedecer as propostas e os critérios de avaliação a aplicar.

A nível local, o CHA, EPE, define o tipo de prestação de serviços médicos pretendidos (especialidade e horário) e duração da prestação. Em regra, nestes procedimentos, as empresas têm de apresentar a lista de médicos a afetar à prestação de serviços e os elementos curriculares essenciais à verificação da sua adequação e elegibilidade para a prestação de serviços requeridas, sendo o preço um dos critérios determinantes na avaliação das propostas.



Foram tomadas as diligências legalmente aceites, nomeadamente feita uma participação da ocorrência à empresa em causa e à Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS, IP).

No que concerne à empresa, a mesma respondeu referindo lamentar o sucedido e que iria tomar as devidas providências relativamente aos profissionais envolvidos neste incidente e para que situações idênticas não se voltassem a repetir.

Para além disto, o CHA, EPE, abriu um processo de inquérito que aguarda conclusão e após a qual será feita a devida comunicação, quer à ACSS, quer à Inspeção-Geral das Atividades em Saúde.

De referir que foi feita uma informação à Ordem dos Médicos, a qual também iniciou um processo de inquérito.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

(Paula Maia Fernandes)